

Exma. Senhora  
Presidente do Conselho Diretivo  
IRN - Instituto dos Registos e do Notariado, I.P.  
Dra. Filomena Gaspar Rosa  
Av. D. João II, Lote 1.08.01, Edf. H  
Parque das Nações  
1990-097 Lisboa

Lisboa, 13 de Setembro de 2018

N/ Ref.ª: AEM/ASF/700

Assunto: **Posição sobre a Lei n.º 89/2017**, que aprova o Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, **e a Portaria n.º 233/2018**  
**Âmbito de Aplicação do RJRCBE**

Exma. Senhora,

A AEM - ASSOCIAÇÃO DE EMPRESAS EMITENTES DE VALORES COTADOS EM MERCADO (“AEM”), na sua qualidade de representante das sociedades cotadas portuguesas, vem, pela presente, apresentar a V. Exa. as suas principais preocupações relativamente a alguns aspetos do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (doravante, “RJRCBE”), aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de Agosto, em especial no contexto da recente publicação da Portaria n.º 233/2018, de 21 de Agosto, que regulamenta o RJRCBE.

A AEM acolheu de forma muito positiva a exclusão do âmbito de aplicação do RJRCBE das sociedades com acções admitidas à negociação em mercado regulamentado, nos termos do disposto no artigo 4.º, alínea e), do RJRCBE.

Porém, após análise da Portaria acabada de mencionar, verifica-se que a mesma não esclarece os termos em que as circunstâncias indiciadoras da qualidade de beneficiário efetivo deverão ser consideradas no âmbito do RCBE, não sendo igualmente claro qual o conteúdo das circunstâncias indiciadoras da qualidade de beneficiário efetivo que devem ser consideradas no preenchimento da

obrigação declarativa em causa, aspeto que, naturalmente, continua a impedir o cumprimento dessa obrigação.

De acordo com o disposto na Portaria, esta matéria, à semelhança de outros aspetos do regime, deverá ser tratada no âmbito dos modelos de formulário a aprovar e fazer publicar por Despacho de V. Exa..

Ora, de facto, o RJRCBE, sendo absolutamente claro quanto à exclusão do seu âmbito de aplicação das sociedades com acções admitidas à negociação em mercado regulamentado, já não se afigura igualmente claro no que respeita às obrigações que dele eventualmente derivem relativamente às subsidiárias das sociedades com acções admitidas à negociação em mercado regulamentado, bem como no que concerne às sociedades controladas por estas.

Em particular, não existe resposta expressa para a questão de saber se as subsidiárias das sociedades com acções admitidas à negociação em mercado regulamentado, bem como as sociedades controladas por estas, poderão, conforme nos parece desejável e indispensável, fazer-se prevalecer da exclusão do âmbito de aplicação supramencionado.

O entendimento desta Associação vai, pois, no sentido dessa exclusão.

De facto, entendemos que também as subsidiárias de sociedades com acções admitidas à negociação em mercado regulamentado e as sociedades controladas por sociedades com acções admitidas à negociação em mercado regulamentado devem considerar-se excluídas do âmbito de aplicação do RJRCBE, termos em que não deverão ter de identificar os respetivos beneficiários efetivos.

Esta solução, de exclusão das sociedades detidas, ou participadas, por sociedades cotadas, do âmbito de aplicação do RJRCBE, é, por exemplo, a que resulta do projeto de diploma regulamentar apresentado pelo Governo da Holanda no respetivo parlamento, comparação que é muito relevante em virtude da posição central que este país ocupa, na Europa, em todas as matérias relacionadas com a governação das sociedades e a atração de empresas cotadas.

Da informação que nos foi possível recolher, também na Itália, quer as sociedades cotadas quer as sociedades por estas detidas ou participadas parecem não se encontrar abrangidas pela definição de “beneficiário efetivo” de pessoas coletivas.

Ademais, julgamos importante enfatizar que, em qualquer caso ou solução, não deve ser desvirtuado o sentido e o alcance da exclusão operada pelo citado artigo 4.º, alínea e), do RJRCBE.

Neste sentido, na pior das hipóteses, caso venha a considerar-se que as subsidiárias de sociedades com acções admitidas à negociação em mercado regulamentado e as sociedades por elas controladas integram o elenco de entidades abrangidas pelo âmbito de aplicação, definido no artigo 3.º, n.º 1, alínea a), do RJRCBE, sempre deverá clarificar-se que a obrigação a seu cargo deverá respeitar apenas à identificação da respetiva cadeia de participações, detendo-se esta obrigação de identificação na



sociedade com ações admitidas à negociação em mercado regulamentado e, portanto, não existindo a obrigação de identificar os beneficiários efetivos existentes a partir desse ponto da cadeia.

Esta solução, que corresponde à prática seguida, desde há vários anos, em vários países de raiz anglo-saxónica em matéria de políticas *know your customer* (“KYC”) e de identificação dos *ultimate beneficial owners* (“UBO”), afigura-se igualmente adequada ao mercado português, caso se entenda que tal aplicação deve ser feita, ainda que, como começámos por referir, a solução de exclusão do âmbito de aplicação nos pareça a mais correta.

Qualquer outra solução, naturalmente, viria subverter a exclusão do âmbito de aplicação do RJRCBE relativamente às sociedades com acções admitidas à negociação em mercado regulamentado, retirando-lhe o seu efeito prático, uma vez que os beneficiários efetivos destas entidades são, por natureza, os beneficiários efetivos das suas subsidiárias e das sociedades por si controladas.

Face ao exposto, a AEM considera essencial que, existindo essa oportunidade, a regulamentação a completar, nos termos do artigo 23.º da Lei que aprovou o RJRCBE, ainda que através de modelo de formulário ou similar, venha esclarecer, de forma clara, o teor das obrigações aplicáveis às entidades mencionadas.

E, por fim, a AEM entende, igualmente, que a concretização final do regime a ser desenvolvido deverá assegurar que não são criadas novas situações de indesejável e desnecessária multiplicação de declarações respeitantes aos mesmos beneficiários efetivos, pelo que solicitamos a melhor atenção de V. Exa. também quanto a este ponto.

Agradecendo antecipadamente a V. melhor atenção em relação ao acima exposto, fica esta Associação ao dispor para quaisquer esclarecimentos e, designadamente, para a realização de uma reunião com V. Exa. para mais completa clarificação das preocupações aqui em causa.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Pela Direcção da AEM,

Abel Sequeira Ferreira  
*Director Executivo*